
Research Article

Os bastidores do poder: os dirigentes políticos reconstruídos por Agustina

Maria Helena Santana*
Universidade de Coimbra / CLP

Abstract English: (The backstage of power: political leaders reconstructed by Agustina). The seduction of power is a structuring theme in Agustina's work. As an essential factor in the dialectic of human relationships, power is also a key feature of fictional dynamics, perceived at various levels (marital, domestic, social, economic...). This essay will focus on political power, based in two novels – *Os Meninos de Ouro* (1983) and *O Comum dos Mortais* (1998) – whose main characters are inspired on well-known leaders, both charismatic and controversial. By reconstructing the portraits and lives of these characters, Agustina sharply depicts their influences and intimate motivations, as well as the tension between desire and renunciation involving the use of power.

Keywords: Agustina, biographical novel, charisma, power

Abstract other language if applicable: A sedução do poder é um tema estruturante na obra de Agustina. Sendo um fator essencial à dialética das relações humanas, em torno do poder se organiza muitas vezes a dinâmica ficcional, observável a vários níveis (conjugual, familiar, social, económico...). O presente ensaio incidirá sobre o poder político, analisado em duas obras – *Os Meninos de Ouro* (1983) e *O Comum dos Mortais* (1998) – cujos protagonistas se inspiram em governantes reconhecíveis, ambos carismáticos e controversos. Ao reconstruir os retratos e as vidas destas personagens, Agustina imagina com perspicácia as influências e as motivações íntimas, a tensão entre o desejo e a renúncia que envolve o exercício do poder.

Palavras-chave: [4-8 key words] Agustina, romance biográfico. Carisma, poder

A preferência de Agustina pela narrativa biográfica é bem conhecida. A par das ‘verdadeiras’ biografias (concebidas como tal), vários dos seus romances são vidas ficcionadas de pessoas com existência real, em alguns casos explicitadas noutros não, mas sempre reconhecíveis. Entre os protagonistas não identificados, encontram-se dois políticos famosos – Francisco Sá-Carneiro (de *Os Meninos de Ouro*, 1983) e Salazar (de *O Comum dos Mortais*, 1998) – de cujos retratos me ocuparei em seguida.

Sabemos bem que todas as biografias (mesmo as ‘verdadeiras’ ou as historiográficas) são marcadas pela artificialidade. Desde logo, há no processo biográfico uma tentativa de conferir sentido à vida de alguém, de a tornar inteligível, como se alguma vida tivesse à partida um desígnio, uma cadeia lógica de eventos, e não fosse, para todos nós, uma sequência de acasos, escolhas, circunstâncias imprevistas. Como observa Bourdieu, a própria forma narrativa de conceber uma biografia pressupõe uma “ilusão retórica” que é típica da literatura, ao estabelecer em termos consequentes o percurso de uma personagem:

*Corresponding author: Maria Helena Santana, E-mail: mahesa@fl.uc.pt

Copyright: © 2025 Author. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), allowing third parties to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially, provided the original work is properly cited and states its license.

To produce a life history or to consider life as a history [...] is perhaps to conform to a rhetorical illusion, to the common representation of existence that a whole literary tradition has always and still continues to reinforce” (Bourdieu, 2000, p. 300).

Também Agustina se mostrou sempre bem ciente desta artificialidade, ou seja, de que as biografias são em grande medida mistificações:

A maior parte das biografias são *pastiches* duma realidade pessoal que se vai encontrando com os factos casuais. Na verdade os factos não são importantes numa biografia a não ser como folclore. (Bessa-Luís, 2008, p. 29)

Aparentemente, a autora desacredita o trabalho biográfico (os factos marcantes, a recolha de informação...) em que ela própria se especializou. Mas ao mesmo tempo aponta para o que efetivamente interessa à sua abordagem neste campo: a realidade humana, no sentido psicológico do termo¹. Ora a realidade interior nasce com cada texto, é por natureza uma invenção, pura ficção literária. A consciência desta ficcionalização tem sido, aliás, uma tendência da biografia no século XX, que privilegia a personalidade e as motivações em detrimento dos “factos”:

[...] the discovery of central motifs in a life and a ‘key’ to personality, so that single aspects of the self or details of the life and person came to stand for or to explain the whole; and a focus on character rather than events. (Marcus, 2004, p. 196).

Consideremos agora os dois romances mencionados. Em ambos se traçam retratos de políticos famosos, ícones da vida pública portuguesa do século XX: figuras históricas, portanto, e documentadas, que o leitor reconhece facilmente pelo contexto diegético, apesar das omissões e dos dados enganadores. Percebemos que se trata de governantes mas não se diz, por exemplo, que cargo ocuparam; alteram-se factos importantes da vida (como o celibato de Salazar ou a morte trágica de Sá-Carneiro); disfarçam-se os nomes das personagens secundárias, mas adivinha-se por norma quem poderão ocultar, pelas circunstâncias em que conviveram na vida real. Da representação do país pouco se ocupa a narradora, a não ser de forma ocasional e lateral, pois não é esse o foco essencial.

Por não haver nos romances nenhuma menção explícita às pessoas reais ou ao cargo que desempenharam, mas antes toda uma estratégia deliberada de ocultação e ambiguidade, podem integrar-se na categoria de *roman à clef*. Como sabemos, não se trata propriamente de um género literário, pois nada distingue o *roman à clef* de outras práticas romanescas a não ser o jogo ficcional com o leitor informado, muitas vezes realizado com intenções satíricas sob o disfarce da figuração. Assim, o autor é livre de imaginar traços de carácter e episódios menos abonatórios, porque está sempre salvaguardado pelo estatuto ficcional; e isto permite-lhe ser mais ousado, indiscreto ou até algo perverso nas revelações e/ou interpretações que produz. Por seu lado, alguns leitores farão uma leitura desprevenida, sem relacionar a personagem a uma pessoa real, o que é totalmente legítimo; mas outros (certamente a maioria) irão ler o romance precisamente em função do reconhecimento das personagens e das revelações fornecidas. Para estes, o processo de leitura não pode pois dissociar-se dessa circunstância de descoberta e de prazer, que condiciona o seu horizonte de expectativas.

Num belo artigo sobre *O Comum dos Mortais*, Anamaria Filizola faz questão de desvalorizar o interesse literário do *roman à clef*, pois, como argumenta, releva apenas de um gesto do autor e não constitui matéria literária. “O fato de um personagem de ficção ser decalcado num sujeito

¹ Vd. uma abordagem mais extensa desta questão em Santana, 2006.

biográfico é contingencial, nada mais. [...] Em outras palavras, rotular um romance como sendo de chave e a partir daí intentar uma abordagem literária, constitui uma falsa questão.” (Filizola, 2008, p. 61). Em teoria, esta posição é defensável: uma personagem não pré-existe ao texto, logo, podemos e devemos ler um texto literário à margem do reconhecimento concreto da figura representada. Na prática, porém, realizaria ele (o texto) o seu propósito por completo? E seria possível ao leitor manter o inocente pacto ficcional e desligar-se do prazer do jogo que lhe é oferecido? Penso que não: os romances não seriam os mesmos sem a dita chave que faz contracenar as personagens e os seus fantasmas reais.

Do ponto de vista compositivo, tanto *O Comum dos Mortais* como *Os Meninos de Ouro* são narrativas densas, de estrutura enovelada, em que Agustina optou por uma evolução não-linear de cada história, como é seu timbre: a ação progride em espiral, diríamos, avançando aos poucos mas regressando por sistema a momentos importantes do trajeto existencial de cada um dos protagonistas. Sob este fundo de ambiguidade factual, sobressai o que verdadeiramente conta nos dois textos: a motivação íntima (psicológica e ético-moral) de duas personalidades que encarnam as vicissitudes do poder.

Em *Os Meninos de Ouro*, a figura histórica de Francisco Sá-Carneiro² é transposta para uma personagem de contornos biográficos em parte coincidentes – José Matildes – mas cujo retrato humano se desenvolve em plena liberdade ficcional. Vejamos desde logo a sua apresentação formal:

Era um rapaz auspicioso, que tivera em Coimbra uma carreira sem reprovações, e que, sem dar nas vistas, tinha um potencial muito raro nos portugueses: o poder não era para ele uma consequência da classe patronal, era um destino a ser vivido, com todas as suas misérias e decepções, suas grandezas e seus desprazeres. Era, em suma, uma das poucas figuras favoráveis à tragédia que a pátria tem produzido depois de Alcácer Quibir ou depois de D. Pedro V.” (Bessa-Luís, 2019, p. 33)

“Um destino a ser vivido” em função do poder, diz a narradora, e com potencial trágico inerente. A imaginação de Agustina investe sobretudo na presença duma predestinação que envolve melancolia, solidão, austeridade, orgulho e sentido do dever. Os parentes e os amigos mais próximos pressentem desde sempre os sinais de perigo que tal aura contém: anunciara-se ainda em criança, num episódio iniciático, premonitório, e concretiza-se na ação política após a revolução.

A narrativa acentua a construção de um perfil de exceção, embora pouco simpático do ponto de vista humano: um jurista bem-sucedido mas com ambição recalcada; um casamento feliz mas sem chama, com Eros culpado; em casa, um pai de família que cultivava as virtudes domésticas, muito sério e exigente mas pouco afetuosos; na vida social, um intelectual brilhante mas algo retraído e tenso, que nunca se sentiu à vontade nos salões mundanos – “um homem só em busca de integração no grupo social” (p. 176).

A vocação política nasce sobretudo por indução do círculo de amigos, os ‘meninos de ouro’ que o rodeiam, em particular Farina (avatar do escritor Ruben A.), e implicará a separação conjugal, o desmoronar da fortaleza que o protegia do mundo. Farina, escritor medíocre, satirista brilhante, mestre em intrigas e estratégias, encarrega-se de persuadir o amigo a assumir a carreira política. É pelo seu olhar que se revelam as qualidades e defeitos íntimos de José Matildes, pois conhece-o como a si mesmo (o que leva Pedro Mexia, num recente prefácio do livro, a considerá-lo uma espécie de *alter ego*³). Farina percebeu, por exemplo, que a pose de cortesia algo tensa era afinal timidez social; que José Matildes não era feliz por haver nele um

2 Nascido no Porto em 1934, foi deputado da chamada “ala liberal” antes da revolução de 1974, e fundador do Partido Popular Democrático. Morreu em 1980, sendo Primeiro-Ministro.

3 “O tónus cívico”, pref. da 11ª edição (Bessa-Luís, 2019, p. 9).

desencontro entre a sensualidade e a moral – alguém que, “por uma espécie de resistência interior, passa à margem da beatitude e da ventura humana” (p. 76); e concluiu que, para ter asas na política, era preciso intervir na sua prisão ritual de casado, libertá-lo da mulher protetora dando-lhe “algo como um veneno” para libertar as paixões (p. 84).

O veneno surgirá sob a forma de uma nova companheira, mais adequada do que a esposa legítima à nova função social do político. Com efeito, Rosamaria, a indomável nortenha com quem se casara por amor, nunca aceita alterar o estilo de vida doméstico do casal, nem tampouco se resignará a abdicar formalmente do marido. A simpatia de Agustina vai, explicitamente, para esta mulher voluntariosa, desabrida e de “alma absurda”, mas “admirável”; uma Medeia, em tudo contrastante com a “doçura fria” da sua rival, a elegante e cosmopolita “Sr.^a Marina”.

Desfaz-se assim a aura romântica que envolveu o par Sá-Carneiro - Snu Abecassis, após a morte trágica dos dois num acidente de aviação. Curiosamente, após o encantamento inicial pela senhora enigmática de olhos pardos (vista a tomar banho nua numa piscina privada), não há sinais de atração libidinal entre ambos: “José e Marina amavam-se com severidade, como se ele fosse um Lutero, comprometido à sua razão e não às paixões” (p. 178). Mais do que uma mulher amada, Marina funcionará nesta narrativa como um instrumento imprevisto da conquista do poder. Consciente do desafio que representava na altura assumir uma relação adúltera, José Matildes obrigou a sociedade a vergar-se à sua escolha; foi um trunfo em seu favor, pois criou um fantasma de invulnerabilidade que fez dele um ídolo. Mais: essa afronta traduziu-se numa explosão de individualismo galvanizador: “Um povo inteiro pareceu ganhar energias pelo factor externo que era José Matildes” (p. 243). A explicação poderá ser também de ordem cultural: “O povo gosta de um homem que nos amores não tem virtude; é como se os tratasse com juízos sumaríssimos, deixando às coisas públicas o melhor da lei” e, no caso dos Portugueses, acrescenta-se uma ideia fantasmal do poder – o mito onírico do ‘desejado’ (pp. 245-256).

No retrato imaginado por Agustina, o *ethos* político de José Matildes não se distingue do *ethos* social, manifestado desde criança. É um homem com sentido moral exacerbado, de um género perigoso, porque consequente consigo próprio. Realista e lúcido, não simpatiza com os ideais da revolução, pelas ilusões sociais que criou. Mas coube-lhe o papel de catalisador de um sentimento coletivo em que se misturam frustração e esperança difusa. Para além duma certa ideia de democracia interclassista, poucos detalhes se oferecem acerca do seu pensamento político propriamente dito⁴. Agustina prefere analisar as contradições, aliás próprias duma personalidade complexa: um homem que afronta os bons costumes sendo essencialmente conservador; um líder naturalmente hierárquico mas não reverente com as hierarquias estabelecidas (os militares, a Igreja...); que exige lealdade aos que o rodeiam, mas que gosta de confabular, de manter no ambiente uma tensão de luta. Na ação política tem laivos de ditador, mas ao mesmo tempo vive a melancolia do poder e a nostalgia da liberdade anterior. Sente-se, no íntimo, um homem da província, transplantado para uma dinâmica imposta do exterior, e pensa em retirar-se a tempo da política e sair do país.

Um derrame cerebral resolve os dilemas existenciais de José Matildes, que envolvem também a tensão nunca resolvida entre as duas vidas e as respetivas mulheres. Com a sua morte inesperada, o país assumiu uma orfandade coletiva, “como se a pátria se afundasse”. Não por um especial apreço ao político, mas por um fundo messiânico que caracteriza a relação

4 “Ele queria formar uma espécie de império democrático que reunisse a burguesia capitalista e uma população não-burocrata, sensibilizada para a diversidade de classes. Era o principado, favorecendo a desigualdade para deixar as ambições pessoais agir como autorização de uma tirania lúcida” (p. 128).

patriarcal com o Poder: “Porque perdiam a proteção, porque lhes competia exprimir o conceito de ligação amorosa com a autoridade.” (p. 269)

Passemos agora a Salazar, retratado em *O Comum dos Mortais*. Trata-se neste caso de uma personalidade cuja vida não proporciona o mesmo interesse dramático, pois não contém propriamente peripécias, tirando o facto de o pacato professor de Coimbra ter chegado de forma imprevista ao poder e de o ter exercido com mão de ferro e com invulgar persistência⁵. Agustina explicaria que lhe interessou justamente a forma como “foi ampliando o seu poder e se foi impondo pela determinação escrupulosa” (Bessa-Luís, 2008, p. 267); mas também considera que lhe faltava imaginação para ser um verdadeiro tirano fascinador, como Pombal, por exemplo.

A discrição, ou *a retórica da invisibilidade* (subtítulo de um livro do filósofo José Gil sobre Salazar) marca o *ethos* político do ditador: um carisma fleumático, baseado na distância, na serenidade e na humildade, certamente cultivado como estratégia de liderança⁶. E no entanto, a par das paixões negativas, a personalidade enigmática do renegado político suscita um certo fascínio, talvez porque a solidão do poder atinge nele (ou na imagem que dele ficou) aquele limite de humanidade que o torna uma figura quase trágica. No plano afetivo, do que se conhece, apenas uns vagos amores, certamente platónicos, teriam perturbado o celibato deste homem reservado, de costumes austeros e provincianos. Em contrapartida, avulta o amor intenso, algo edipiano pela mãe, como já constatara Franco Nogueira⁷ numa passagem da biografia que certamente foi lida por Agustina:

Na altura em que transpunha uma barreira decisiva na sua vida, que homem era Oliveira Salazar? [...] Dedicava à sua família um afecto intenso, vivido. Mas dominava-o sobretudo a paixão pela mãe: absorvente, esmagadora, possuía todo o seu ser. [...] Nada queria Salazar fazer que pudesse alterar a existência de Maria do Resgate, ou lhe perturbasse o espírito, ou lhe suscitasse ansiedade e preocupação. Para sua mãe, era companheiro, conversador que a distraía, enfermeiro carinhoso quando preciso: e a isso subordinava deveres, ambições, desejos. E a sua mãe tudo, no fundo, era reconduzido ou comparado: devia-se adorar a Pátria porque esta era a *mãe de todos*. (Nogueira, 1986, p. 152)

A autora de *O Comum dos Mortais*, numa estratégia romanesca a meu ver genial, tira partido destas facetas contrastantes criando um herói dúplice, isto é, desdobrado em duas personagens que se complementam. Marcos e João são dois companheiros de juventude com um passado similar: bons alunos, de classe baixa, protegidos de uma família aristocrática e que em certo momento, já académicos em Coimbra, seguem destinos opostos. Dois percursos alternativos, portanto, em que só a combinação dos elementos permite reconhecer um bom retrato de Salazar.

O vaticínio também aqui funciona como agente do destino: uma cigana de Lamego lera-lhes a sina: “‘Terás poder e tu terás sorte’, disse. Mas não explicou a qual deles atribuía estes benefícios.” (p. 120). Também o conselheiro Ayala, protetor dos dois jovens, pressentiu as tendências de cada um: “Com alguma ajuda, faz-se dele [João] um político. Do outro não faço senão um professor” (p. 66). No entanto, temia mais este último, pelo ideal de perfeição:

Se um dia chegasse a um alto cargo, servia-se de todos para se aperfeiçoar a si próprio. [...] O conselheiro preferia o Mazarino, a quem a perfeição não preocupava e que havia de escorregar em todos os degraus da autoridade, tornando-se um celerado progressivamente e à medida que o seu poder, conhecimento e doutrina fossem postos em causa. (p. 256)

5 António de Oliveira Salazar (1889-1970) foi nomeado presidente do Conselho de Ministros em 1932 e governou o país durante mais de quatro décadas, sob o regime ditatorial que designou “Estado Novo”.

6 Além de Gil (1995), vejam-se os perfis traçados por Dacosta (1998) e Matos (2003).

7 Franco Nogueira foi ministro de Salazar e autor da sua mais conhecida biografia política (vd. vol. I, cap. 14).

As ‘vidas paralelas’ de Marcos e João (serão casuais os nomes bíblicos?) não só encenam a duplicidade como levam ao limite as características mais marcadas do modelo humano que os inspirou: um guardou a inteligência filosófica; o outro a “vontade” do homem de poder. Perpassa ainda no texto um pormenor a meu ver importante: a ideia de que lentamente João foi ocupando o lugar que pertencia ao outro (p. 92), quer na vida pública quer na privada. Assim, Marcos é o professor recolhido e místico, que vive enredado nas suas contradições íntimas e afastado do ruído social. João Barreto, o Mazarino, é o político ambicioso e hábil, o ditador que chefiou o governo com mão de ferro mas que nunca se realizou verdadeiramente no poder. Ambos partilham experiências negativas, como os complexos de classe (talento e humildade não se ligam bem) e uma certa insegurança (social, ideológica e afetiva).

Partilham também o amor pela glamorosa Mili, uma filha do antigo protetor. No caso de Marcos, é um amor platónico e nunca por ele consentido, apesar das oportunidades havidas; o misticismo e o fantasma da mãe não lhe permitem assumir desejos perigosos. A relação freudiana entre mãe e filho, em que se misturam sentimentos de amor e submissão, de entrega devotada e desejo de morte, constitui um dos temas fortes do romance. Quando Mili os visitou no lar matriarcal da aldeia, percebeu que a poderosa Patrocínio é uma rival imbatível: “iria morar nele como numa casa a que só ela tivesse acesso” (p. 66). Por seu lado, João não sofre de ambiguidades sexuais, antes de um forte desapego afetivo (seduzia mulheres mas aborrecia-se delas ao primeiro beijo conquistado). Viria no entanto a amar Mili, com quem se casou em segundas núpcias, admirando-a sem a conquistar deveras, como gostaria. O casal mantém uma *entente cordiale* de mútua independência, já que a vivência do amor parece ser substituível pela sensualidade do poder.

Voltemos à arena política. Marcos, na sua busca pela perfeição, nunca seria apto a governar, porque é indeciso e teme perder o sentido moral. Segundo Mazarino, faltam-lhe outros requisitos: “Era preciso saber combater os demónios e ser invulnerável às tentações. Mas isso só era possível aceitando a vida como ela era, brutal e suja e não uma caminhada nos jardins eternos por que ele suspirava.” (p. 89). Mazarino, ao contrário, não tem ideias nem escrúpulos, mas sobram-lhe pragmatismo e *libido dominandi*. Em termos morais está condenado: “Ia perder-se porque teria de ignorar as leis e criar os seus próprios meios de autoridade. Mas quem defende ideias acaba por ficar prisioneiro delas.” (p. 97).

Os destinos dos dois homens, aparentemente incompatíveis, reaproximam-se num mesmo sentimento de frustração. No caso de Marcos, é de ordem existencial: faliu a vida de tanto a problematizar; julgando-se invulnerável, encarna a solidão pura, prisioneiro do seu princípio de contemplação. A prisão de João, confirmar-se-á a prazo, é o próprio labirinto do poder: ora se mostra pusilânime, ora cruel; ora se diz que gosta ora que detesta governar. Gradualmente vai perdendo admiradores e amigos, para se rodear de fiéis seguidores.

Mazarino nunca teve, no fundo, grandes ilusões acerca da sua função governativa: “Servia de receptáculo à expressão do sentido colectivo e, assim, durante muitos anos interpretou a urgência da salvação” (p. 326). Para manter a autoridade, estabelece um regime arbitrário, uma rede de repressão e censura que o vai isolando do país. Homem de gabinete, fechou os olhos à evolução democrática do mundo moderno e foi-se fossilizando numa harmonia imaginária. Aliás, a própria nação que lhe obedece não o ama, como se comprovou no patético final.

Agustina não admira, visivelmente, Salazar, como se comprova nas muitas intromissões da voz autoral na narração. A certa altura, afirma: “Mazarino gostava do poder, e isso tornou-se na sua vida uma ambição de se fazer épico. No que faliu redondamente” (p. 173). Em outro momento, considera que (ao contrário de Sá-Carneiro) não tem o perfil de um verdadeiro líder: “Limitava-se ao bom-senso, que é o albergue noturno dos ditadores” (p. 241). Mas a ‘epopeia negra’ da sua vida política interessa-a, como um dia confessou:

[...] o que despertava em mim [era] uma interrogação a respeito do que é realmente o poder, e como é que ele era dispensado aos homens. Haverá uma matemática no poder? Como é que determinadas pessoas o atingem e ele se torna o seu quotidiano e o ar em que vivem e que respiram? Essa interrogação sempre se me punha desde a infância.” (Bessa-Luís, 2008, p. 266)

A resposta poderá talvez encontrar-se nessa força humana irracional a que Nietzsche chamou a ‘vontade de poder’ e que também se associa, paradoxalmente, ao ideal ascético que caracteriza a *libido dominandi*. Um outro aforismo recolhido no *Dicionário Imperfeito* parece confirmá-lo: “Em todos os grandes vencedores e nos que amam o poder encontra-se a seriedade que se explica por uma sobriedade de desejos. A aspiração mata o desejo. E a aspiração é um dos pontos cardeais do poder.” (Bessa-Luís, 2008, p. 219). O par Marcos-Mazarino – o asceta e o dominador – reflete esta dupla faceta no seu fardo maior: a consciência trágica que vem da renúncia à felicidade, ao mundo do comum dos mortais.

Referências

- Bessa-Luís, A. (1998). *O Comum dos Mortais*. Guimarães Editores.
- Bessa-Luís, A. (2008). *Dicionário Imperfeito* (Cruz, M. & Ferreira, L.A., Orgs.). Guimarães Editores.
- Bessa-Luís, A. (2019). *Os Meninos de Ouro*. Relógio d’Água.
- Bourdieu, P. (2000). The Biographical Illusion. In Du Gay, P., Evans, J. & Redman, P. (Eds.), *Identity: A Reader* (pp. 299–305). Sage Publications.
- Dacosta, F. (1998). *Máscaras de Salazar. Narrativa*. Editorial Notícias.
- Filizola, A. (2008). *O Comum dos Mortais: romance de chave?* In Leão, I. (Ed.), *Estudos Agustinianos* (pp. 61–65). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Gil, J. (1995). *Salazar: a retórica da invisibilidade* (trad. Araújo, M.F.) Relógio D’Água.
- Marcus, L. (2004). The newness of the ‘new biography’. In France, P. & St. Clair, W. (Eds.), *The Uses of Biography* (pp. 193–218). Oxford University Press.
- Matos, H. (2003). *Salazar*. Temas e Debates.
- Nogueira, F. (1986). *Salazar*. Civilização.
- Santana, M. H. (2006) A escrita biográfica ou a vida como uma história. In Reis, C. (Coord.), *Figuras da Ficção* (pp. 139–153). Centro de Literatura Portuguesa.